

CONFLITOS E IDENTIDADES NO COTIDIANO DOS
ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS (ELP):
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL.

Lucia Capanema Alvares
PPGAU/UFF
parq.uff@gmail.com

Introdução

Aos estudiosos das cidades parece ainda faltar uma metodologia de análise multidisciplinar dos espaços públicos como lócus da *vita activa*, como produtores e produto da sociedade da diferença, como vêm demandando autores da categoria de Milton Santos (1996) – com sua abordagem de conteúdo sócio-espacial - e vêm tentando responder alguns pesquisadores. Nessa perspectiva, este ensaio procura analisar sob a lógica das apropriações dos espaços livres públicos, como os cidadãos conformam a cidade e como esta última conforma as desigualdades de lugares, comportamentos e identidades.

Os espaços livres públicos (ELP) serão mais relevantes ambientalmente quando forem espaços vegetados ou residuais, economicamente quando se sobrepuserem à infraestrutura ou forem alvo do mercado imobiliário, culturalmente quando se associarem às identidades dos cidadãos, socialmente quando forem espaços onde se conforma a esfera de vida pública e administrativamente quando forem alvo de planos e projetos. Este estudo propõe uma releitura das representações, imaginários, apropriações e conflitos existentes nos ELP tomando-se por base um modelo com quatro dimensões não exaustivas e suas relações com os aspectos externos: socioambiental, sociocultural, socioeconômica e político-administrativa. Com especial foco nas dimensões sociocultural e político-administrativa, procura detalhar aspectos da sociabilidade e da esfera pública, bem como os simbólicos e identitários, comparando-os às políticas públicas incidentes e traz como exemplo da sua aplicação uma comparação entre o Centro do Rio de Janeiro e o bairro de São Cristóvão.

Para sua realização contou com o apoio da [suprimido para revisão cega], através da liberação para estágio de pós-doutoramento, do [suprimido para revisão cega],– onde foram baseados os estudos, e do [suprimido para revisão cega] – que abriu seu banco de dados sobre São Cristóvão para a pesquisa.

O conhecimento acumulado pelos laboratórios da [suprimido para revisão cega] indicava algumas necessidades para atingir os objetivos do estudo, entre elas a) o complemento dos dados físico-ambientais do Centro através de pesquisa documental, b) a observação sistemática dos locais foco de conflitos em ambos os bairros, c) a realização de

entrevistas com os usuários destes locais para se ter uma noção geral de seu perfil e percepções, e d) estudos de percepção territorial e comportamento ambiental (Del Rio, 1999) para construir a ponte entre os dados sociais e os físico-ambientais.

Foram realizadas 200 entrevistas com usuários nos locais focos dos conflitos urbanos além da observação sistemática não participante fazendo uso de anotações e fotografias *in loco*. Ocasionalmente foram feitas entrevistas focalizadas não estruturadas. O foco das observações e entrevistas não estruturadas foi compreender a dinâmica das relações a partir das observações e proposições de Bourdieu n' O Poder Simbólico (2010).

Foram preenchidos doze conjuntos de formulários sobre os recursos locais e os aspectos da percepção territorial (morfologia, análise visual, percepção do meio ambiente e comportamento ambiental) nos locais focos de conflitos no Centro e em São Cristóvão.

O retrato que se constrói das duas regiões é similar, guardadas as devidas proporções, com conflitos por uso e acesso aos espaços públicos e políticas neoliberais de 'faxina social' tolerantes à marginalidade que não se pode ver e altamente repressivas para com os trabalhadores e moradores que dependem dos ELP.

Marco teórico

O referencial teórico tem como um de seus princípios a geografia nova de Milton Santos. Parte-se do entendimento do espaço como totalidade, como uma instância social, no mesmo nível da instância econômica e da instância cultural, ideológica e política; desta maneira a dialética social não se estabelece apenas no espaço, mas se realiza com o espaço. O espaço, visto como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, deve ser analisado segundo os fixos e fluxos, a paisagem e a sociedade, as horizontalidades e verticalidades, e entre as racionalidades hegemônicas e comunicacionais (Queiroga, 2001).

Sobre os lugares se estabelecem relações fenomenológicas, verdadeiras geografias da percepção. Percepção esta que perpassa o universo cultural do indivíduo, seus condicionantes psicológicos e históricos e a construção da imagem dos lugares que se impõem ao sujeito.

Espaços Livres Públicos, cotidiano, conflitos e esfera pública

O conceito de espaços livres públicos está ainda em aberto e estrutura-se no estudo da paisagem e das ciências sociais, na prática físico-ambiental, na prática social e no desejo transdisciplinar. Nos estudos da paisagem, os espaços livres urbanos são definidos por

Magnoli como os espaços livres de edificação, todos eles; estão por toda parte, mais ou menos processados e apropriados pela sociedade (Magnoli, 1982).

Nos estudos sociais, o espaço público toma a característica de lugar de encontro, de manifestação individual e coletiva, de embate, de conflito, de apropriações simbólicas. A prática social traz intrinsecamente o problema da esfera pública, como se verá adiante. Aqui, chama-se de espaços públicos os lugares de uso comum do povo, onde se realizam ações da esfera pública, de propriedade pública ou privada. Prescindem de estrutura tangível, pois instituições públicas e espaços cibernéticos são hoje importantes espaços de manifestação cidadã.

A prática físico-ambiental aponta que os sistemas de espaços livres urbanos constituem um sistema complexo, dada a inter-relação com outros sistemas que se justapõem a eles (circulação, drenagem urbana, ócio, imaginário e memória, conforto, conservação e requalificação ambiental).

É no encontro de tais estudos e práticas que o conceito em construção, aberto, surge: num primeiro momento os Espaços Livres Públicos (ELP) são espaços de livre acesso do povo, que recaem na maioria das vezes nos espaços livres de edificações, mas não estão restritos a eles. É onde se podem observar as relações entre elementos construídos e livres, os fluxos de pessoas e mercadorias e as interações sociais.

É na cotidianidade que se expõem as possibilidades de transgressão de modelos aparentemente consolidados, através das expressões pontuais que resgatam práticas tradicionais comuns de diferentes grupos sociais e, sobretudo, criam-se novas formas de sociabilidade, conflituosas ou não, que geram lugares de encontros e apropriações imprevistas que renovam o espaço urbano.

Os lugares são espaço de resistência, onde se encontram e conflituam as diferentes racionalidades, sistêmicas (mais institucionalizadas, estruturadas e hierárquicas) e comunicacionais (mais populares, livres e horizontais) (Habermas, 1981). São espaços de ação estatal e cidadã, espaços de manutenção da produção/reprodução capitalista-industrial, territórios do novo, do conflito. Para Bourdieu “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado.” (Bourdieu, 1997, p. 161). Daí decorre o interesse pelas diversas dialéticas estabelecidas pelos segmentos da sociedade com os espaços urbanos, particularmente os espaços livres, privilegiados lugares da ação urbana, da conformação da esfera pública.

O conflito – marca inexorável e constitutiva dos ELP - constituir-se-ia em uma perspectiva durkheimiana ou organicista, como um espécie de “anticorpo” ou mecanismo de

defesa da coesão social, agindo no sentido de evitar o caos e o desmantelamento do sistema social. Em Simmel (1903), o conflito, forma elementar de socialização entre indivíduos, é parte indissociável da dialética antagonismo-unidade que levará à significância sociológica do sujeito na cooperação com o outro.

O conflito vem, a partir das frações em manifestação, constituir uma proposta de reestruturação do cada dia mais cristalizado *habitus* bourdieusiano no campo urbano. Enquanto oferece como possibilidade a construção dialética antagonismo-unidade a que se refere Simmel, a coesão social durkheimiana ou o desaparecimento do medo pela exposição à diferença em Bauman (2007), propõe um papel antitético dialógico e construtivo à estrutura dominante. Neste momento, o conflito torna-se uma “atividade estruturante” possível para frações que “respondem aos apelos ou às ameaças de um mundo cujo sentido ajudaram a construir” (Bourdieu, 1979, pp. 544-545).

A esfera de vida pública é a esfera própria da *vita activa* (Arendt, 1991), da ação política, entendida em sentido amplo, envolvendo a produção cultural, a construção da cidadania e parte fundamental das próprias histórias civilizacionais. Na esfera pública as diferenças e divergências têm a possibilidade de se apresentar como discursos, pavimentando um caminho para seu reconhecimento e inclusão no jogo político; o interesse público e o bem público, constituídos socialmente pelas relações desiguais de poder, teriam então que enfrentar os conflitos de interesses coletivos. Vale observar que o bem público não se confunde com a noção de bem comum, o primeiro é fruto da construção dialética da política, o segundo, se produz enquanto ideologia da classe dominante.

Capital, trabalho, estado e suas frações nas diversas escalas

A luta que se trava no espaço urbano é, em última instância, entre o capital em suas diversas frações e o trabalho. Grandes empreiteiras, sistema financeiro, conglomerados multinacionais, especuladores imobiliários e todo um conjunto de atores têm e exercem interesses diretos e indiretos na cidade e nos ELP. Do outro lado está o trabalho, que tem no espaço seu meio de produção e de reprodução, dependendo dele para exercer grande parte de suas atividades e delas sobreviver. O terceiro componente da equação é o Estado, que embora teoricamente possa se aproximar de qualquer um dos lados, tem se colocado sistematicamente junto ao capital.

Torres Ribeiro (2006) lembra-nos de que há uma sistematicidade alternativa sendo gestada nas ruas e nas novas formas de comunicação, que enfrenta os projetos dominantes para nossas cidades. Uma sistematicidade baseada em racionalidades alternativas que podem

ser identificadas, por exemplo, nas novas formas de apropriação espacial tomadas por movimentos sociais e diferentes frações do trabalho. A autora defende um maior envolvimento com a complexidade da vida social para a compreensão do cotidiano e do lugar, seja por sua interesalaridade, seja por seu hibridismo. Para ela não se pode compreender a tessitura social através de modelos desenraizados das práticas sociais, profundamente ligadas às frações do trabalho e do capital.

Brandão (Fernandez e Brandão, 2010), propõe uma análise crítica (do desenvolvimento regional) a partir das frações das classes sociais em suas diferentes escalas; afirma ainda que é preciso compreender a pluralidade de vias e trajetórias históricas do desenvolvimento tendo como base a máquina capitalista em suas expressões histórico-concretas no espaço-tempo, tratando dinamicamente as escalas espaciais nos processos estruturais. Para tanto, vê a necessidade de compreender os fatores endógenos e exógenos determinantes dos processos sócio-econômico-político-histórico-teóricos, institucionais e territoriais.

Fernández e Brandão (2010) defendem que as escalas, por sua capacidade heurística, são elementos essenciais para a análise multidimensional que dá conta da complexidade dos processos de transformação sócio espacial. Neil Smith defende que “a dimensão escalar da vida cotidiana está impressa e expressa em todas as configurações escalares, desde o nosso corpo, até o internacional, passando pelo comunitário, urbano, regional” (Smith *apud* Vainer, 2002, p.24); para Swyngedouw (2010), a perspectiva interesalar é mais sensível à espacialidade dos processos ditos de globalização, à centralidade do domínio político e às relações e geometrias cambiantes do poder.

Vida urbana: aspectos simbólicos, identitários e posições no habitus

Bauman (2007) descreve os ELP a partir das possibilidades sociais de encontro com o outro. A “diferença” aqui é característica essencial da cidade; os ELP são o lugar do encontro com o diferente, da construção da identidade individual, tal e qual quer Simmel com sua significância sociológica do sujeito.

Se por um lado os espaços públicos conduzem a sensações de repulsa, por outro, a atração que exercem sobre os indivíduos tem chance de superar ou neutralizar tal repulsão:

É nos espaços públicos que a vida urbana, com tudo que a separa de outras formas de convívio humano, alcança sua expressão mais plena, em conjunto com suas alegrias e tristezas, premonições e esperanças mais características... [S]em suprimir as

diferenças, de fato ele (o espaço público) as celebra. [...] É a exposição à diferença que com o tempo se torna o principal fator da coabitação feliz. (Bauman, 2007, p. 102-103).

Serpa (2013) vê dois processos diversos de compreensão e apropriação dos ELP: de um lado estaria a percepção cotidiana, por meio da qual os indivíduos têm uma leitura básica da cidade em que se movem e de outro estaria uma leitura mais vivenciada, elaborada, que permite ao sujeito a cognição dos espaços, apropriando-se deles segundo suas possibilidades no encontro com o diferente, num processo identitário.

A percepção dos ELP segundo processos subjetivos é diversa e individual, advém da experiência relacional entre a cidade e o sujeito (LYNCH, 1999). A identidade e a apropriação dos espaços têm início com a percepção dos elementos físicos, ambientais, sociais e culturais, desenvolvendo-se daí a vivência dos elementos humanos, psicológicos, afetivos e sensoriais, que podem despertar o reconhecimento e o vínculo individual.

A identificação com os ELP parece ser influenciada também pela filiação a frações das classes sociais, quando se compartilham condutas sociais, costumes, valores e posição social. Na construção de seu conceito de campo, Bourdieu propõe também o conceito de *habitus* como um “sistema de diferenças constitutivas da ordem social” (Bourdieu, 1987) em que a posse de capital financeiro e de capital cultural vão ditar hierarquias estruturantes das ações e dos simbolismos; aqui, as possibilidades objetivas conformam as expectativas subjetivas dos sujeitos, estas últimas condicionadas por suas percepções e posições sociais. Para o autor (2010), a identidade viria a partir de uma representação complexa e múltipla da realidade para cada indivíduo, dada sua posição no *habitus* urbano, conformado por critérios de poder simbólico: 1) hierarquias, autoridades e posições relativas dos sujeitos; 2) propriedades materiais e capital; 3) prestígio, reputação e fama; 4) filiação étnica, religiosa, localidade de moradia; 5) princípios de divisão social; 6) coletividades presentes e futuras. Bourdieu parece também entender o *habitus* como resultante das trajetórias de classe pois faz uma clara diferenciação entre o *habitus* das classes médias – baseados na liberdade de consumo - e das classes populares – baseados na necessidade de consumo.

Considerando Gramsci, Serpa especula que as frações das classes subordinadas “produzem culturas subdominantes ou alternativas diante das estratégias hegemônicas de produção cultural das classes dominantes” (SERPA, 2013, p. 148), o que se configuraria como um desejo de subversão do *habitus* de Bourdieu: frações das classes subordinadas estariam, por meio de apropriações diferenciadas do espaço, desafiando em última instância o poder.

Segundo Serpa, os espaços de representação das diferentes frações de classe (espaços “das estruturas cognitivas complexas”, resultantes da percepção cotidiana e de uma elaborada cognição ambiental) “contém e expressam também as lutas e conflitos [dessas frações] pelo domínio das estratégias de concepção desses espaços” (SERRA, 2013, p. 176).

Por um modelo multidisciplinar de análise

Na tentativa de uma compreensão da realidade social no espaço humano – ainda que provisória e sempre renovada –, como quer Santos, este estudo lança mão, como um primeiro instrumento, da sistematização das relações locais conforme proposta por estudiosos do Turismo (BENI, 2002; BOULLON, 2005). Segundo eles, os lugares são estruturados por relações locais permeáveis e superponíveis até certo ponto nos âmbitos social, econômico, ambiental e cultural, formando um conjunto indissociável. O conjunto estaria em constante troca com o meio externo e sob influência de uma superestrutura, a dimensão político-administrativa.

A partir desta sistematização, este estudo propõe uma releitura das relações manifestas nos espaços livres públicos tomando-se por base o conjunto das relações locais, ancorado em quatro dimensões não exaustivas e suas relações com a dimensão política e com as influências externas. Considerando-se a compreensão da forma-conteúdo, admitimos que todas as relações locais estão formuladas dentro da esfera social; daí se conjuntem nas dimensões socioeconômica, socioambiental e sociocultural, acrescidas da dimensão político-administrativa. À este quadro, há que adicionar as influências externas em seu encontro com as questões internas: a interesalaridade dos processos desponta como aspecto fundamental, conforme demandam as teorias aqui contextualizadas, enquanto os processos inerentes ao capitalismo tardio hoje em voga (grandes corporações, globalização e indústria do turismo) parecem querer completar a equação.

Assim, sob a dimensão socioambiental, será preciso considerar minimamente as áreas verdes, os eixos de infraestrutura que se sobrepõem a estas imprimindo maior ou menor qualidade à vida urbana e os espaços residuais vegetados ou não, dado seu potencial. Para estas áreas deve-se pensar as ações básicas de preservação, conservação, restauração e intervenção, bem como se elas se prestam à promoção da justiça socioambiental, que deve ser promovida em todo o tempo e lugar, de modo a também diminuir as pressões sociais sobre o ambiente natural.

Sob a dimensão socioeconômica estão primeiramente os aspectos do uso do solo e da especulação imobiliária estruturantes da circulação de capital e dos investimentos no meio

urbano e largamente estruturados pelos eixos de transportes, verdadeiros eixos de expansão. Da reprodução do capital pela via especulativa e dos grandes projetos de transportes advém a maioria das violações dos direitos humanos intrínsecas ao meio urbano (moradia, acessibilidade, ir e vir, mobilidade).

A dimensão sociocultural diz respeito fundamentalmente às sociabilidades passadas e presentes e à esfera pública, dadas pelas apropriações e usos dos ELP. Esta dimensão, que estrutura socialmente a cidade, pode ser compreendida tanto pelo seu papel no capitalismo industrial – de prover lazer e amenidades aos trabalhadores – como pelo seu caráter simbólico e identitário (presente nas paisagens, praças, parques, grandes eixos e espaços centrais urbanos quando apropriados), proporcionando a unidade que estabelece as memórias coletivas.

A dimensão político-administrativa diz respeito às estruturas de governo e suas políticas relativas às três dimensões supra mencionadas; em relação aos ELP, atualmente deve ser considerado principalmente o empresariamento das cidades – modo neoliberal de governar que gerencia a cidade como uma empresa privada em busca de lucro e projeção -, lançando mão de políticas higienistas para a faxina dos espaços mais visíveis e visados, e do marketing político, que se utiliza dos ELP para promover as políticas excludentes e a imagem dos administradores.

Entre os aspectos externos de maior relevância no quadro atual, estão a interesalaridade dos fenômenos, da circulação de capital e das políticas administrativas, largamente submetidos ao capital global e às grandes corporações; o turismo (de eventos, de negócios etc.) é elemento indispensável para a rotatividade de recursos e investimentos na ciranda global. Sumarizando, buscamos compreender representações, imaginários, apropriações e conflitos nos ELP considerando o Quadro 1.

Quadro 1- Conjunto das relações locais e externas

Dimensão socioambiental
Áreas verdes, eixos infraestruturais e espaços residuais
Preservação, conservação, restauração e intervenção
Justiça socioambiental
Pressões sociais sobre o ambiente natural
Dimensão socioeconômica
Uso do solo e especulação imobiliária
Eixos de transportes, eixos de expansão
Direitos humanos (moradia, acessibilidade, ir e vir, mobilidade)
Dimensão sociocultural

Sociabilidade e esfera pública – Apropriações e usos
Lazer e amenidades
Aspectos simbólicos e identitários (paisagens, praças, parques, grandes eixos e espaços centrais urbanos)
Dimensão político-administrativa
Empresariamento das cidades
Políticas higienistas
Marketing político
Aspectos externos na atualidade
Interescalaridades
Capital global e grandes corporações
Turismo

Fonte: elaborado pelo(a) autor(a)

Estudos de caso do Centro do Rio de Janeiro e do Bairro de São Cristóvão (SC): saberes estabelecidos

O Laboratório [suprimido para revisão cega] produziu e coletou, desde 2000, uma enormidade de dados acerca da Região Administrativa (R.A.) de São Cristóvão, incluindo: mapas, histórico e análise das condições urbano-paisagísticas; espaços livres; espaços verticalizados; áreas livres por habitante; evolução da população; caracterização e croquis dos espaços livres mais relevantes; análise do uso e apropriação de praças, parques e largos. A R.A. é uma área de aproximadamente 750 ha, incluindo os bairros de Benfica, Mangueira, São Cristóvão e Vasco da Gama, que abrigava em 2010 cerca de 85.000 habitantes (IBGE, 2010), e tem como elementos físicos predominantes as áreas planas, os morros, ainda visíveis em meio à massa construída, e os ramais ferroviários.

O Observatório [suprimido para revisão cega] fichou desde 1993 mais de 2700 conflitos, montando um retrato bastante aproximado dos conflitos urbanos segundo os jornais locais de grande circulação e o Ministério Público Estadual. O Observatório também fornece dados básicos acerca dos bairros em que há conflitos que nos permitem perceber a similaridade socioeconômica entre os dois bairros foco deste estudo. Apresentam, grosso modo, o mesmo padrão de tamanho, de serviços básicos domiciliares, de população e alfabetização.

Quanto a um perfil geral dos conflitos originados no Centro, considerando-se a moda matemática, pode-se dizer que são organizados por camelôs, feirantes e artesãos que se manifestam contra o governo municipal, em praça pública e reivindicando maior acesso e uso do espaço público, enquanto os conflitos originados em SC (muitas vezes manifestos no

Centro) são manifestos em praça pública por moradores e associações de moradores contra o governo municipal reivindicando melhores condições de segurança (o que revela algum nível de despolitização, já que a segurança pública é de responsabilidade do governo estadual). Ali há também um grupo significativo de camelôs, feirantes e artesãos que, como no centro, se manifesta contra o governo municipal, em praça pública e reivindicando maior acesso e uso do espaço público.

Dos conflitos originados e manifestos no Centro, há uma maior concentração na Av. Presidente Vargas entre a Central do Brasil e a Rua Uruguaiana; dos conflitos originados e manifestos em SC, as maiores concentrações foram junto ao Campo de São Cristóvão e junto à entrada da favela Barreira do Vasco.

Expandindo o conhecimento prévio: novas compreensões

Segundo os critérios sócio-demográficos e do comportamento dos usuários (conforme método proposto por Claude Kaspar apud DENCKER, 2003) e as entrevistas realizadas neste estudo, no Centro, o perfil predominante alia uma maioria adulta em idade ativa (25 a 64 anos) à escolaridade entre 8 e 11 anos de estudo, com moradia na própria região central ou nas regiões norte e oeste. Os mesmos critérios em São Cristóvão apontam para um perfil predominante similar àquele do centro com moradia em S.C. ou no centro.

Os estudos de percepção territorial relatados aqui enfocam os locais de maior conflitualidade e importância em São Cristóvão – Campo e Barreira do Vasco – e aqueles, dentre os pesquisados por sua conflitualidade no Centro, com os quais se pode traçar alguns paralelos:

Campo de São Cristóvão - Os jardins tiveram a sua última obra de reforma em 1996 resultando em uma grande alteração no seu uso, devido ao afluxo de pessoas com a inauguração do Centro de Tradições Nordestinas. A área ajardinada vizinha ao Pavilhão de São Cristóvão – um dos símbolos do bairro – está cercada por viadutos de acesso à Linha Vermelha, quadras ortogonais irregulares, edificações com afastamentos diferenciados e arquitetura do século XIX conservada em certos edifícios de uso comercial e residencial. Bares, restaurantes, edifícios residenciais, prédios públicos, o Teatro Mário Lago, a igreja e até uma filial de apostas do Jockey Club Brasileiro compõem os quarteirões que envolvem a grande área ajardinada configurando o entretenimento na região, servida de boa pavimentação do sistema viário e transportes coletivos satisfatórios com linhas que ligam o bairro a diversas localidades do centro e da zona norte da cidade. No interior do campo, apesar da boa iluminação e da presença contínua da Guarda Municipal, depara-se com a falta de segurança

pública - destaque na opinião de moradores e funcionários locais que o evitam à noite devido a assaltos e uso de *crack*. A limpeza de toda a parte interna, vias e calçadas é feita diariamente pela Comlurb, mas o uso local – território de desabrigados - e a diversidade de árvores de médio e grande porte a tornam insuficiente.

Com relação ao espaço existencial e níveis de percepção, os equipamentos mais acessíveis da área observada são as diversas árvores, bancos, coretos, grades, lixeiras, brinquedos infantis, quadras e um *skate park*. A representação dos espaços urbanos dá-se nos prédios, vias e serviços de transporte, enquanto a Rua do Campo “fecha” o espaço da paisagem, configurando-se também como o caminho mais claro da área. O Pavilhão toma as características de marco, setor e nó, com os viadutos operando como limites. O conjunto oferece bom grau identitário e de imageabilidade.

Foram observadas as pessoas que faziam uso da parte interna da área. A maior parcela é de jovens moradores da região e estudantes que já têm uma relação com seu contexto físico, mas o descanso de trabalhadores é um comportamento padrão na área ajardinada, em contraste com o território dos desabrigados e jovens usuários de drogas leves. A utilização da área como atalho para pedestres é uma das sequências comportamentais que pode ser percebida, exceto à noite quando o lazer (inclusive as rodas de repentistas de rap) é uma das atividades específicas.

Praça Carmela Dutra – Localizada na confluência das ruas Ricardo Machado e General Américo de Moura – onde tem presença predominante o estádio do Vasco da Gama, a pequena praça semi-circular é ladeada pelos acessos à favela Barreira do Vasco, onde se localizam equipamentos comunitários e um comércio local, composto por vários bares, padaria e farmácia. Sua área é 100% pavimentada, o que lhe confere uma sensação de secura e dureza, e possui pontos de ônibus, táxis, vans e motocicletas de aluguel, adicionando um caráter movimentado e desorganizado. Por outro lado, a boa qualidade dos serviços de iluminação pública, drenagem, coleta de lixo e comércio trazem à memória as praças de bairro. Se um primeiro nível de percepção nos aproxima do mobiliário urbano abundante e sobreposto, um segundo nível nos oferece maior conforto nas sombras das árvores, nos brinquedos infantis, bancos e mesas, e nos pequenos quiosques de serviços; o que define o espaço urbano são os edifícios à sua volta, com o Maciço da Tijuca ‘fechando’ a paisagem ao fundo das grandes áreas abertas. O grande marco local é a sede do Vasco da Gama, com imponente edifício, para o qual contribui o caminho principal (Av. General Américo de Moura), que tem seu fim na Praça-nó Carmela Dutra. Para ‘trás’ da praça está o limite representado pelos imóveis comerciais entrecortados pelas vielas do morro.

A presença de crianças, adolcentse e avós da comunidade é marcante no interior da praça; nas calçadas circulam policiais e moradores em busca de transporte público enquanto grupos de aposentados jogam dama, dominó, cartas. No entorno imediato, mulheres fazem compras e grupos de amigos se sentam à mesa dos. Mais além, e na direção oposta à delegacia da PM, o território da milícia, que subcontrata motoboys, supervisiona os feirantes locais, fecha acordos para obtenção de serviços como TV a cabo. Trata-se claramente de uma praça de bairro periférico do Rio de Janeiro.

Central do Brasil – Principal terminal metro-ferroviário do Rio, localizado em uma das principais avenidas da cidade, caracteriza-se como o ponto nevrálgico de toda a região, cuja reurbanização nos anos 1940 criou quadras ortogonais e triangulares regulares, vias largas e pequenas praças, que se anulam diante da rotina feérica. Possui intensa movimentação durante todo seu horário de funcionamento, com todos os tipos de gente; as áreas internas ao edifício são tomadas por trabalhadores ansiosos em frente aos telões de marcação das linhas nas plataformas (numa sequência comportamental clara), gerando grande tumulto nos horários de pico e correria desordenada pelos trens e plataformas, principalmente quando ocorrem alterações nas telas. O pátio de saída lateral do terminal para a Rua Bento Ribeiro conforma-se num território dos trabalhadores de rua – entre biscateiros, vendedores ambulantes de pequenos objetos e prostitutas, que aproveitam o grande espaço para descansar, dormir e pedir dinheiro em meio à multidão de passantes.

As ruas adjacentes, geralmente ladeadas por filas ininterruptas de camelôs, exercem também o papel de terminal rodoviário, com os pontos de parada dos coletivos lotados durante o horário comercial. A entrada da Fundação Leão XVIII Hotel Escola Popular, que serve refeições a preços populares, fica na mesma calçada estreita da Delegacia do Idoso à Rua Senador Pompeu, que abriga também pontos finais de ônibus e o mais efêmero camelódromo da região, conhecido como ‘varal’; juntos, causam movimentação intensa, inclusive de policiais que tentam reprimir o comércio. O quarteirão da Rua Bento Ribeiro vizinho à Central é um palco de ação que vem sendo inteiramente ocupado por camelôs vitimados pelo incêndio no camelódromo local em abril de 2010. O atrito entre os ambulantes e o choque de ordem é constante nestes locais.

Com relação ao espaço existencial, é definido pelo mobiliário urbano e de acessibilidade das plataformas, pelos prédios e paredões de camelôs e pelo vazio da Av. Presidente Vargas, que oferece como escape o espaço da paisagem, infinito na direção oeste e verde na direção sul. O edifício da Central e o Palácio Duque de Caxias possuem boa

imageabilidade, assim como o Campo de Santana, qualidade pouco percebida pelo pedestre que se vê mais envolvido com a movimentação da estação e da avenida.

Campo de Santana - Com projeto de Glaziou, foi inaugurado em 1880, servindo como marco entre a área central e os subúrbios do Rio durante décadas. Em sucessivas reformas urbanas foi perdendo área e hoje se restringe a um quarteirão. Atualmente o campo é uma área ajardinada em meio ao centro urbano do Rio de Janeiro, situada em frente à Central do Brasil. O mobiliário para lazer contemplativo em harmonia com sua diversa fauna, formada por cotias, pavões, gatos e outros animais soltos, entre espécies exóticas da flora, conforma uma bela área verde separada por grades em todo seu perímetro. O jardim, em estilo inglês de grande efeito paisagístico, com suas espécies exóticas, dá o principal contraste com as edificações à sua volta.

Utilizado prioritariamente por passantes apressados que entram pela Praça da República-leste em direção à Central do Brasil – conformando uma sequência comportamental, a área lhes fornece um microclima mais agradável que o entorno, conta com uma territorialização típica de grandes centros urbanos: há o território dos viciados em drogas leves que desfrutam de uma bela paisagem à beira do riacho e podem também dormir sob os olhos da Guarda Municipal. Há os desabrigados andarilhos que permeiam várias áreas e comumente se aproximam do território das garotas de programa, distribuídas pelos caminhos mais utilizados pelos transeuntes. Outro território marcante é o do crack, mais ao fundo, em direção à Frei Caneca (onde não há saída), mais frequentado por homens adultos. Há ainda uma pequena parcela de visitantes que se sentam ao redor dos lagos, aproveitam a paisagem para lazer e descanso. Diante de frequências tão díspares há, naturalmente, os pequenos assaltos e furtos.

O espaço existencial contém em primeira instância o mobiliário urbano e os elementos paisagísticos mais expressivos, como vegetação, pedras, monumentos e o riacho. Num nível mais abrangente, o verde predomina entremeado por caminhos e nós. Todo o espaço do campo é paisagístico. Tomando-se a área externa, há um grande contraste, mais evidente pelo diferencial de conservação e poluição sonora, com o caminho proporcionado pela Presidente Vargas e o setor encapsulado do campo servindo como limite ou divisor de duas realidades.

Na região central da cidade, o Observatório [suprimido para revisão cega] aponta que desde 1993 as questões mais conflituosas são as que se referem a acesso e uso do espaço público, com 40% do total de manifestações; a segunda questão mais conflituosa é a segurança pública, com 19% dos casos e em terceiro lugar a moradia, com 9% das

manifestações. Ali, os conflitos organizados por camelôs, feirantes e artesãos somam 39% enquanto 10% são manifestos por moradores ou vizinhos e 8% por sindicatos e associações profissionais. Os conflitos protagonizados por camelôs, feirantes e artesãos são manifestações contra a retirada dos vendedores de algum ponto, protestos contra as ações da fiscalização e da polícia, contra a venda de terrenos ou destruição de equipamentos onde trabalham.

Aplicando o modelo multidimensional

Buscando refletir sobre os diversos conhecimentos amealhados, retomamos as dimensões propostas teoricamente para explorar alguns dos aspectos de nosso interesse e incidência neste estudo.

Sob a dimensão socioambiental será preciso pensar os Campos de São Cristóvão e de Santana, áreas verdes conservadas em meio a regiões 100% urbanizadas e valorizadas, que se prestam mais como refúgio de *outcasts* que como amenidades para a reprodução do sistema lazer-trabalho. As áreas de lazer sob o reinado neoliberal tomam uma nova função: a possibilidade higienista de esconder os não trabalhadores com a plácida concordância do Estado. Sob a dimensão socioeconômica há o aspecto da regulação dos usos do solo, mecanismo de exclusão que enseja o enfrentamento da desigualdade estabelecida pelo Estado nos ELP; a grande maioria dos conflitos registrados na Central do Brasil, bem como no Campo de São Cristóvão, diz da necessidade dos ELP como suporte para a produção e a sobrevivência. O encontro que se conforma em todos estes espaços não é o dos diferentes, mas das parcelas alijadas do trabalho formal.

É necessário refletir então, sob a dimensão sociocultural, que esfera pública está se desenhando nos ELP quando amenidades são utilizadas pelo Estado como sanatórios de outrora; quando este mesmo Estado, simbolizado por suas forças policiais, fecha os olhos ao que não se vê e criminaliza a pobreza ao reprimir a atividade trabalho e ao matar favelados da Barreira do Vasco; que identidades se forjam quando a inconsciência das drogas é vista com complacência, as milícias são aturadas nas áreas pobres e a luta pelo direito à cidade (e ao trabalho) é reprimida violentamente.

Considerando-se a dimensão externa, fica claro que o papel estatal é ditado por uma coalizão interescolar do capital que envolve o turismo de eventos: o Estado não pretende ser mediador de interesses, é subjogado pelo mercado – não há ação educativa, recuperadora, de interesse público; não há tampouco mediação política, pois é a economia quem manda, como sintetizou Torres Ribeiro (apud CÂMARA, 2006).

Repensando Bourdieu, as autoridades se fazem violentamente presentes quando as lutas dos desfavorecidos por propriedades materiais e capital estão em evidência; as divisões sociais são aprofundadas quando parcelas da mesma classe são tratadas diferentemente pelo Estado, ameaçando os laços sociais e as coletividades futuras. A cidade do turismo internacional é para poucos e os barrados que se droguem em locais de baixa visibilidade ou tomem cacetadas para desimpedir os espaços livres públicos de maior visibilidade. As tentativas de se contrapor a esta ordem, de se apropriar dos espaços citadinos, de gerar conflitos e propor papéis antitéticos (como deseja Simmel) vicejam em ambos bairros.

Por meio de um breve painel dos conflitos urbanos, tentamos também demonstrar que as muitas e densas frações de classes atingidas se manifestam pela via conflituosa e se organizam como resposta aos desmandos e ao aprofundamento das desigualdades, ampliando seu alcance, questionando a lógica de dominação (como prevê Serpa) e propondo a reestruturação da esfera pública.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah 1991. A condição humana. Tradução: Roberto Raposo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,.
- BAUMAN, Zygmunt 2007. Vida líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BENI, Mário Carlos 2002. Análise Estrutural do Turismo (7ª Ed.). São Paulo: Senac.
- BOULLÓN, Roberto C. 2005. Os municípios turísticos. Bauru: Edusc.
- BOURDIEU, Pierre 1979. La distinction. Critique sociale du jugement. Paris: Ed. de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre 1987. Choses Dites. Paris : Éd. de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre 1997. A Miséria do Mundo. Direção de Pierre Bourdieu com contribuições de A. Accardo et alii. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes.
- BOURDIEU, Pierre 2010. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz (14ª Ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,.
- DEL RIO, Vicente 1999. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: PINI.
- DENCKER, Ada F. M. 2003. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo. São Paulo: Futura.
- FERNÁNDEZ, Victor R. y BRANDÃO, Carlos A 2010. Escalas y políticas del desarrollo regional. Buenos Aires: Davilla y Miño.
- HABERMAS, Jürgen 1989. The theory of communicative action. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason (vol. 2). Beacon Press.

- LYNCH, Kevin 1999. A imagem da cidade. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- MAGNOLI, Miranda M. E. M. 1982. Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP. (Tese de Livre-docência)
- QUEIROGA, Eugenio 2001. A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, A. C. T. 2006. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. Observatorio Social de América Latina, v. 21, p. 23-32.
- SANTOS, Milton 1996. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec.
- SERPA, Angelo 2013. O espaço público na cidade contemporânea (2a. Ed.). São Paulo : Contexto.
- SIMMEL, Georg. "The Sociology of conflict"; in American Journal of Sociology 9 (1903): 490-525. [Online]. Available: http://www.brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel_1904a.html [Accessed: 15 maio 2014].
- SWYNGEDOUW, Erick 2010. Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalonamientos. In FERNÁNDEZ, Víctor R. y BRANDÃO, Carlos A. Escalas y políticas del desarrollo regional. Buenos Aires: Davilla y Miño.
- VAINER, Carlos B 2002. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, ano XV, n. 02, Ago-Dez, ano XVI, n. 01, Jan-Jul. p. 13-32.